

Governo deve reviver indexação

* 6 JUN 1989

JORNAL DE BRASÍLIA

Editor - Dr. Jay

Ailton C. Freitas 10.2.89

diária

São Paulo — O Ministério da Fazenda e a Receita Federal estão estudando a volta da indexação total da economia, através da criação de um índice diário de inflação, tal como era a OTN fiscal. Ainda não há data certa para que essa medida entre em vigor, mas está tudo preparado para sua implantação em 1º de julho. A Receita Federal concorda e foi a primeira a aprovar a idéia, informou um assessor econômico à agência JB.

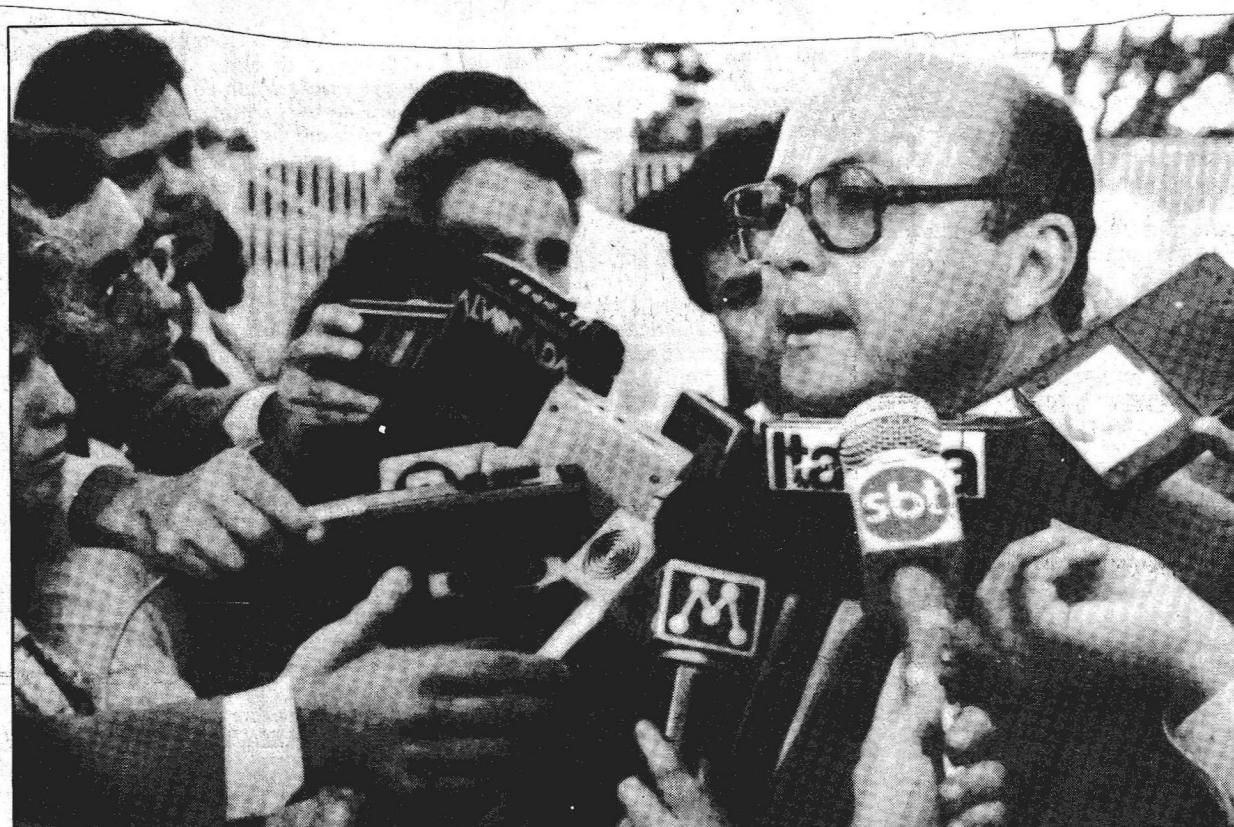
Com a volta da indexação diária, passa a vigorar a lei tributária 7.713, que determina que os ganhos de capital seriam tributados entre 25 e 30%. Os mercados de risco também voltarão a recolher imposto como faziam antes do Plano Verão.

A volta da indexação diária foi bastante discutida antes da reunião do Conselho Monetário Nacional, ocorrida na semana passada. Na ocasião, o diretor de Mercado de Capitais do Banco Central, Keyller Carvalho Rocha, propôs que se fizesse um índice diário pro rata, com base na inflação do mês anterior. Sua idéia não foi aceita, mas ficou o compromisso da volta do indexador diário assim que o IPC ultrapassasse os 15% ao mês.

A Receita Federal concorda que não faz sentido tributar o ganho nominal das aplicações financeiras quando a inflação ultrapassa os 15%. Isso só atrapalha a política monetária do governo, já que o Banco Central não concorda em deixar o aplicador com ganhos negativos (abaixo da inflação). Com isso, o Governo paga mais do que arrecada com impostos, defende essa fonte do governo.

Outro motivo que está fazendo o governo apressar a decisão de reindeixar totalmente a economia é o câmbio, que está confuso devido às minidesvalorizações desprogramadas. O exportador fica perdido, querendo adivinhar quando o governo vai alterar a cotação do dólar oficial. Isto está causando tumulto nas exportações, afirma o assessor.

Para convencer o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, sobre a importância da volta da indexação diária, a Receita Federal saiu alguns números que mostram que a tributação sobre ganho nomi-



Maílson: ressuscitando aos poucos as práticas ortodoxas

nal não está sendo vantajosa. Segundo essas análises, o Banco Central está pagando juros no overnight altos o suficiente para compensar a cobrança de impostos sobre pessoas físicas — 5% na fonte —, mas essa fixação de juros reais altos acaba beneficiando indiscriminadamente pessoas físicas e jurídicas (que só recolhem imposto na tributação sobre ganho de capital).

O problema é que as pessoas físicas só representam 15% de todo o volume de dinheiro que chega ao mercado financeiro. Ou seja, 85% das pessoas que são beneficiadas por essa compensação dos juros obtêm mesmo é ganho real, já que elas não pagam impostos na fonte sobre seus ganhos financeiros. Essa política de juros só encarece a dívida pública, mas é totalmente ineficaz do ponto de vista de arrecadação, garantiu o assessor à agência JB.